

# NOTÍCIAS

## Philips é a primeira no Brasil a conquistar certificação para lâmpadas LED pelo Inmetro

A Philips, líder mundial em iluminação, conquista a certificação do Inmetro para 28 modelos de lâmpadas LED, sendo a primeira empresa no Brasil a adquirir a aprovação do órgão regulador para esse tipo de produto. As novas regras de qualidade preveem que as lâmpadas com essa tecnologia devem durar 25 mil horas, garantindo assim o fluxo luminoso, ou seja, a qualidade de iluminação.

De acordo com a Abilux, Associação Brasileira da Indústria de Iluminação, houve um aumento de 170% na adesão de lâmpadas LED entre 2013 e 2015, e com a nova regulamentação, que entra em vigor a partir do dia 13 de junho de 2016, o mercado deve aquecer ainda mais. "Essa é uma medida que vai trazer grandes benefícios ao mercado brasileiro, pois o consumidor terá a certeza de que está levando para casa um produto de qualidade", afirma a gerente de produtos da Philips, Esther Pecher Hamoui.

A certificação do LED segue uma tendência de regulamentação do setor de iluminação que teve como mais recente marco o banimento das lâmpadas incandescentes, iniciado em 2013, proibindo a comercialização dessa tecnologia por não atender níveis mínimos de eficiência energética. Com a retirada desse produto do mercado, muitos consumidores acabaram migrando para o

LED, que proporciona uma economia de até 90% quando comparado com as incandescentes, tem longa vida útil e 5 anos de garantia para lâmpadas de LED da Philips.

Mesmo com a alta adesão pelo LED, boa parte da população ainda encontra dificuldade em escolher a lâmpada certa, confundindo a potência com a capacidade de iluminação da lâmpada. "As pessoas acabam escolhendo uma lâmpada de maior watt acreditando que esse é um indicador de "mais luz", quando, na verdade, é de maior consumo", declara Esther. A emissão de luz de uma lâmpada é, na verdade, medida em lúmens (lm). Por exemplo, lâmpadas de LED de 9.5w e 1055lm ilumina mais e consome menos do que uma lâmpada LED de 10w e 800lm. Então, para ver o nível de luminosidade de uma lâmpada, é preciso pensar em lúmens e não em watts.

Para auxiliar o consumidor na escolha da lâmpada correta, a Philips disponibiliza em suas embalagens a imagem da lâmpada com a informação de lúmens e indica a equivalência daquela lâmpada se ela fosse incandescente. Dessa forma, qualquer pessoa pode comprar o LED sabendo qual deles pode substituir aquela lâmpada mais antiga. Além disso, a empresa também indica a temperatura da cor, ou seja, se é um LED mais amarelado (quente/suave) ou mais branco (frio).

## Limite e tarifação da banda larga fixa aumentam divisão digital no Brasil, diz presidente da camara-e.net

Avenda de internet banda larga fixa com limite de consumo pode aumentar ainda mais o abismo digital no Brasil entre os que têm e os que não têm acesso à rede de alta velocidade. Quem tem não vai poder pagar o custo e vai sair da inclusão digital, representando um retrocesso para um país que, ao menos nesse campo, é reconhecidamente inovador. E o que afirma Ludovino Lopes, presidente da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico (camara-e.net). Segundo ele, os consumidores menos favorecidos, que contratam pacote de internet básico em suas casas, serão os mais afetados pela decisão das operadoras de deixar de oferecer planos ilimitados para cobrar por franquia de dados. Eles teriam que pagar mais para ter acesso ao YouTube ou Netflix, dois dos serviços de streaming mais consumidos pelos brasileiros.

"O Brasil é reconhecido internacionalmente por promover a inclusão, a liberdade e a diversidade na Internet", diz Lopes. "Implantar a cobrança por franquia é quase como voltar à época da internet dial-up, limitando a capacidade de acesso à cultura, à informação e a serviços na web".

Em março, a Agência Nacional das Telecomunicações (Anatel) divulgou os resultados de uma pesquisa de satisfação do consumidor de telefonia fixa, banda larga fixa e internet móvel pré e pós-paga. O serviço de banda larga fixa foi o mais mal avaliado.

No modelo que querem as operadoras, caso o limite da franquia seja ultrapassado, a empresa poderá diminuir a velocidade e até cortar a internet.

Além disso, o acesso ficará mais caro, pois os planos básicos oferecidos pelas operadoras dificilmente permitirão assistir a um filme on-line.

Também os negócios de determinados segmentos seriam seriamente afetados pela cobrança diferenciada do acesso à Internet. Empresas que exploram e tornam acessíveis via web vídeos on-line – segmento que vem registrando crescimento considerável no Brasil – não resistiriam ao impacto. "As pequenas e médias empresas serão igualmente afetadas pelo encarecimento do custo dos serviços e, com isso, sua capacidade e competitividade seriam reduzidas drasticamente", diz Lopes.

A economia digital, incluindo aplicativos de mensagens interativos já nacionalmente adotados (Whatsapp e Facebook, por exemplo) e seus usuários, seriam diretamente afetados, já que os consumidores de banda móvel veriam substancialmente diminuída a sua capacidade de utilização em razão da redução do pacote de dados com as operadoras.

A ideia de cobrança por pacotes de consumo de dados – semelhante à que já ocorre com a internet móvel – começou em fevereiro, quando a Vivo anunciou que colocaria limite mensal no acesso à internet banda larga fixa em seus serviços de fibra ótica e ADSL. Ganhou força quando as operadoras Oi, Net, Claro e TIM aderiram à ideia. O assunto correu as redes sociais, esquentando o debate sobre a neutralidade da rede, um dos pontos do Marco Civil da Internet,

aprovado em 2014, que carecem de regulamentação.

O debate culminou com a declaração do presidente da Anatel, João Rezende, de que a "era da banda larga fixa ilimitada tinha acabado". Nas redes sociais, o barulho foi tão grande que o ministério das Comunicações, André Figueiredo, declarou quem as operadoras terão de continuar com a venda do serviço sem limitação de consumo.

A situação traz à tona novamente a discussão sobre a necessidade de respeito às disposições do Marco Civil. Principalmente na questão da neutralidade da rede. Pelo Marco, as operadoras não podem diferenciar o tipo de dado que está sendo trafegado. Ou seja, conteúdo multimídia servido por empresas de streaming teriam o mesmo tratamento de um dado gerado por um simples site.

A camara-e.net vem discutindo esse tema em reuniões com seus associados e representantes do governo desde a aprovação do Marco Civil e mantém a posição de que para que a internet no Brasil seja de fato inclusiva, todos os dados que trafegam pela rede devem receber igual tratamento. Propõe, por isso, que esse tema seja amplamente discutido – e de forma transparente – com a sociedade brasileira, incluindo, reguladores, empresas e consumidores, de forma que o espírito da lei seja mantido – e o Brasil possa continuar o caminho para construir um sociedade digitalmente inclusiva e respeitadora dos seus mais importantes princípios constitucionais.

## a eletrônica em foco

FUNDADO EM 20-07-60

Um jornal mensal a serviço da Eletroeletrônica, Informática e Telecomunicação no Brasil.

Redação e Publicidade

R. Cel. Melo Oliveira, 605 - S. Paulo/SP - cep 05011-040 - Tel.: 3873-6403  
e-mail - aeletronicaemfoco@gmail.com - site - www.aletronicaemfoco.com.br

Editor

Desdêr Herivelto Amaral  
celular - 97166-3344

Redação

João M. Gambi - MTb 7.000  
Andréa A. Pastori

Consultor Jurídico

Dr. Neldir Amaral

Assinatura Anual

R\$ 35,00

Números Avulsos

R\$ 3,50

## SEJA ASSINANTE

Basta preencher os dados abaixo, anexar cheque nominal ou comprovante do depósito bancário efetuado em nome de AMPLIE EDITORA S/C LTDA. no Banco Bradesco - Ag. 422-7 Conta Corrente nº 67.366-8 e enviar para: R. Cel. Melo Oliveira, 605 - cep 05011-040 - S. Paulo/SP.

Assinatura válida por 12 meses - R\$ 35,00

Nome .....  
Empresa .....  
Endereço .....  
CEP ..... Cidade ..... Est. ....  
Tel. .... Data ...../...../.....  
E-mail .....

Seu exemplar será enviado via correio para qualquer cidade do Brasil.

## O preço do minuto do celular no Brasil caiu 29% em 2015

Os investimentos na expansão das redes e a queda dos preços têm permitido o acesso aos serviços móveis a um número cada vez maior de brasileiros

O preço do minuto do celular no Brasil caiu 29% em 2015, segundo levantamento da consultoria Teleco para a Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil). O minuto de uma ligação de telefone móvel custava R\$ 0,14, com impostos, no fim de 2014 e caiu para R\$ 0,10 em 2015. Essa queda é fruto de uma intensa competição entre as empresas e elevados investimentos feitos pelas prestadoras privadas, que permitiram a expansão das redes e a possibilidade de acesso a um número cada vez maior de brasileiros.

Se considerarmos o preço dos

serviços sem impostos, o preço do minuto verificado em 2015 foi de R\$ 0,07. A carga tributária brasileira, uma das maiores do mundo, é de 43%, em média, e incide diretamente sobre o consumidor. No ano passado, o setor de telecomunicações recolheu R\$ 59,8 bilhões aos cofres estaduais e federal.

O valor da conta média do brasileiro com serviços móveis, segundo o levantamento, caiu 20% em 2015, passando de R\$ 18,80 para R\$ 14,90 por mês. Em consequência, o gasto médio do brasileiro com ligações em 2015 foi de R\$ 8,72, abaixo do gasto médio

de 2014, que foi de R\$ 12,82. Os dados mostram ainda que o tempo médio que o brasileiro passa ao celular foi de 120 minutos.

De acordo com o levantamento, foi verificado aumento de 3,4% no gasto médio mensal do brasileiro com serviços de dados móveis, que subiu de R\$ 5,98, em 2014, para R\$ 6,18, em 2015.

A Telebrasil entende que a expansão dos serviços e a inclusão de um número maior de brasileiros dependem de políticas públicas que incentivem os investimentos, sem amarras tecnológicas e regulatórias e que promovam a desoneração de equipamentos e serviços.

SE VOCÊ FAZ PROMOÇÕES MAS NÃO ANUNCIA, QUEM FICA SABENDO? LIGUE AGORA PARA: (11) 3873-6403  
www.aletronicaemfoco.com.br